

Em António Sérgio: pensamento e acção. Actas do Colóquio realizado pelo Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa. Vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004, 89-104.

DEMOCRACIA E “ASCENSÃO EM HUMANIDADE” **EM ANTÓNIO SÉRGIO**

Se alguns textos de António Sérgio caíssem abruptamente nas mãos incautas de leitores mais apressados, é possível que gerassem interrogações desta ordem: “Afinal, de quem é isto? De um político ou de um moralista? O autor será um intelectual laico ou um teólogo religioso?”. E, de facto, estas questões não são despiciendas nem ociosas. Quem assim se interrogasse, pelo menos já estaria no limiar da obra sergiana, em cujo cerne se situa a pessoa humana, chamada, pela via da ascese, não só a um comportamento que exprima a sua dignidade de consciência, mas também a realizar a redenção da humanidade pela força clara e luminosa das ideias éticas¹. Para A. Sérgio, o homem não se obtém como uma estátua, isto é, cinzelando uma pedra. Edifica-se, sim, por um salto de qualidade, a ser dado por todos e cada um, num máximo de liberdade e responsabilidade. É num dinamismo essencialmente espiritual que se actualiza e eleva o humano. Então, na mente deste autor, é forçosamente no dado espiritual² que começam e é

¹ Cf. PEDRO CALAFATE - <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/filosofia/1910c.html>.

² Digo dinamismo espiritual e não religioso ou, muito menos, fiducial cristão. De facto, é bem conhecido que António Sérgio, nascido e educado em ambiente predominantemente hindu, jamais aderiu formalmente ao cristianismo, muito embora, no fim da vida, pareça ter realizado uma forte aproximação por influência da esposa e de alguns amigos religiosos. A sua reflexão parte simplesmente de uma base ética, tal como a encontramos hoje em Escolas ou correntes filosófico-culturais que se denominam «ética civil», «ética laica», «ética de mínimos», etc. Só que a guindou tão alto e lhe deu o estatuto de tão básica que, com justiça, se pode falar de uma ambiência de autêntica espiritualidade. Pena foi que esta não fosse de matriz cristã. Por exemplo, se tivesse chegado à concepção da pessoa humana como “imagem e semelhança” de Deus, o seu pensamento assentaria em bases bem mais sólidas e evitar-se-iam algumas incongruências inexplicáveis, como a ideia, tantas vezes reafirmada, da necessidade de uma «ditadura temporária» ou «tirania de passagem».

Então, fique claro que, neste meu trabalho, nem pretendo excomungar António Sérgio com o pretexto do seu agnosticismo ou paganismo, nem tampouco «baptizá-lo» ou arvorá-lo à posição de teólogo. É precisamente o contrário: fazer ver que, pelo seu humanismo, e não obstante a sua debilidade religiosa de base, ele reflecte em termos que, hoje, a teologia moral muito valoriza.

a ele que conduzem as grandes problemáticas humanas, como sejam as mais englobantes: a educação, a cultura, a economia e, obviamente, a política.

Nesta comunicação, fixar-me-ei nesta última. Não sob o ponto de vista da filosofia política, das escolas ideológicas ou da situação histórica que lhe foi dado viver. Mas precisamente para colher o tal dinamismo, que continua actualíssimo. Procurarei acentuar algumas ideias omnipresentes nos textos do autor que se estuda, na esperança de que o seu repto se traduza num aprofundamento destes temas, fundamentais para o presente e para o futuro das nossas sociedades, particularmente neste tempo, em que à globalização económica, não parece estar a corresponder a globalização dos valores e das mais altas aspirações da humanidade. Por isso, mais que apresentar um mero resumo das ideias do autor, pretendo, numa síntese ordenada, confrontá-las com a reflexão ética hodierna, sempre em ordem à edificação e ao aperfeiçoamento do ideal democrático, pois a democracia jamais se pode conceber como oferta consumada, mas sim como tarefa sempre em aberto a reclamar responsabilidade.

1. Interligação democracia-ética

A política será um dinamismo moral-espiritual, como parece fazer crer o autor dos *Ensaio*s? Só de formular a pergunta nestes termos, alguns já se sentirão incomodados, convencidos como estão de que a política é a arte dos meios ou a associação da inteligência prática com a ciência para atingir determinadas finalidades sociais (quando não pessoais ou grupais). Meios estes que, nessa percepção, passam muitas vezes pelas meias verdades, por um falso realismo das situações, pelas chamadas «razões de Estado», pela impotência declarada ou pressentida de se afrontarem os interesses instituídos, enfim, por um seguimento, de forma expressa ou inconsciente, das vias da neutralidade ética. Que o mesmo é dizer: do meter a ética na gaveta. Este género de baixa política, historicamente predominante, mesmo no campo de alguma reflexão intelectual, para Sérgio, só pode ter alguma de duas configurações, aliás de valor equivalente: ou é a expressão da astúcia matreira e da mentira institucionalizada e chama-se maquiavelismo fascista, nazi ou de qualquer outro género; ou é a tentativa de imposição, à lei da bala, de pressupostos ideológicos, ainda que nobres e belos, e chama-se jacobinismo ou marxismo-leninismo³.

³ Cf. ANTÓNIO SÉRGIO - *Diálogos de doutrina democrática. Diálogo quarto: do maquiavelismo e do jesuitismo*, em *Democracia*. Lisboa: Sá da Costa, ²1974, 51-52. Devido à

Mas este géneros de política são anti-humanos. Podem aplicar-se à forma de ordenar animais, mas não a pessoas. Para Sérgio, como para os verdadeiros humanistas-personalistas, a política só se pode consubstanciar numa outra forma: na democracia, entendida não tanto como sistema de participação formal ou até como conjunto de competências de órgãos eleitos, mas, muito mais, como mística ou ideal superior de convivência humana, expressão de um específico clima moral muito elevado, «bem» ou «virtude» tal que o autor diz ser mesmo o “ideal dos Evangelhos”⁴. Situada a este nível, a política/democracia é-o e adquire tanto mais timbre quanto mais for mística, virtuosa, santa. O que faz da democracia não um sistema de facilidades, mas de exigências:

“A base da democracia é a *virtude*, como já afirmava Montesquieu; isto é, a moralidade cívica de todos nós. Antes de ser um regime político, é a democracia uma atitude moral [...]. Fundar a democracia é levar a substituir progressivamente a autoridade externa de certos homens (ou de um certo homem) sobre os outros pela autoridade *interna* em cada um de nós, isto é, pelo império do racional de cada alma cívica sobre os seus próprios interesses e paixões. Por outras palavras: a democracia corresponde, nos sistemas políticos, à ideia moral do autodomínio. [...] Democracia é disciplina *interna*, política do Espírito; e querer constituí-la mecanicamente, fora do Espírito, é não atingir a menor noção dos seus princípios fundamentais. Democracia, autodomínio, são aspectos complementares da mesma ideia”⁵.

É esta tarefa árdua e demorada que Sérgio designa sapientemente como “ascensão em humanidade”⁶. Note-se que, ao implantar a política no terreno da ética –ao fim e ao cabo, a única ambiência onde podem germinar os grandes ideais e realizações, porque expressão do humano integral ou superior- Sérgio caminha em paralelo com a chamada Doutrina Social da Igreja e, em alguns aspectos, antecede até a época da maturidade da corrente de reflexão teológica designada por teologia política. Por outro lado, quando neste nosso tempo tantos deploram a «crise da democracia», não sei se não será de regressar a esta concepção

frequente citação deste autor, entende-se como sendo dele todos os textos de quem não se indique outra proveniência.

⁴ *L.c.*, 53

⁵ *Aos jovens «seareiros» de Coimbra, sobre a maneira de lidar com os inimigos da luz e da razão – 1926*, em *Textos Políticos*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, 63-64.

⁶ *Notas de Política – 1927-1929*, em *Textos Políticos*, cit., 74.

personalista e dizer-lhes que, afinal, não há crise da democracia enquanto tal, mas sim das sociedades ditas democráticas. Que a crise é da ética ou da hierarquia de valores, já que, como na pessoa, socialmente se transmutou o centro de gravidade do ideal para o económico, da autoposse interior para o narcisístico auto-idolátrico, do existencial para o lúdico, do cultural para o natural, do ético para o estético, enfim, do ser para o parecer.

2. Democracia como expressão e garantia da dignidade humana

Logo no princípio dos seus conhecidos *Diálogos de Doutrina Democrática*, Sérgio adverte o seu interlocutor que a política é a arte de saber lançar mão de meios ou instrumentos para atingir um ideal que ele classifica de “eterno: o da igual dignidade para todos os homens”⁷. Infelizmente, para as sociedades ocidentais que criaram e desenvolveram a democracia, este ideal de dignidade foi gradualmente cedendo lugar ao ideal da economia. De tal forma que, hoje, o nível dos povos se mede pela quantidade do «PIB», pela «qualidade de vida» entendida como conjunto de indicadores materiais disponíveis, pelo controlo da inflação e luta contra o desemprego, etc. Isto é, parece que os governos, e com eles o sistema político democrático, só tem uma função: a economia. Quando muito, apareceriam outras como apêndice, mas absolutamente subordinadas àquela.

Sérgio, que é idealista, mas que não desprende os pés da realidade, sabe bem da importância efectiva da economia, como veremos mais à frente, de tal forma que, popularmente, o seu nome é mais associado a esta do que propriamente à política. Todavia, porque o assunto é crucial, não se cansa de repetir que o grande desenvolvimento é o ético-civilista-cultural, e que só este exprime e concede garantia à dignidade humana, razão de ser de toda a acção política.

Para se compreender isto, veja-se como ele exemplifica com um tema candente da altura: a reforma agrária. Para o político *simpliciter*, a reforma agrária deveria fazer-se para aumentar a produtividade e a riqueza; para o democrata, sem desprezar esses dados, deve fazer-se porque está em causa a dignidade de muitos:

“Vocês, com desdém, costumam chamar-nos idealistas: não esqueçam ao menos que na verdade o somos. Para nós, o principal motivo de uma reforma agrária não é o aumento da produção nem quaisquer resultados materiais. [...] Para nós o essencial é a dignidade da pessoa humana, inconcebível sem a liberdade; para nós, os idealistas, o que há aí é a

⁷ Cf. *Diálogo primeiro: da expressão do pensamento e da democracia*, em *Democracia*, cit., 7-8.

liberdade e a justiça. [...] O económico, para nós, nunca é o verdadeiro fim. Um mínimo de propriedade adquirida, a prudente socialização dos meios de produção [...] são para nós factores de libertação dos pobres, de assegurada dignidade de todos os homens, de um máximo de consciência do cidadão [...]. Os melhoramentos materiais, para o democrata, são factores do melhoramento interior, e a emancipação económica não passa, para ele, de um simples meio de emancipação moral, de um mero instrumento de liberdade do espírito”⁸.

Com esta argumentação, ficam claras muitas ideias. Em primeiro lugar, que este notório polemista rejeita liminarmente o materialismo liberal ou comunista – nisto coincidentes- para se fixar no seu antípoda, isto é, num forte espiritualismo de cariz ético. Em segundo lugar, aquilo que se pode classificar como núcleo central da doutrina democrática sergiana: a política existe para criar as condições e ajudar a explicitar a dignidade constituinte de toda e cada uma das pessoas humanas. E o económico é apenas uma garantia disso como, mais ou menos por essa altura, tão bem o exprimiu outro grande do pensamento político-social português, o então Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, na célebre comunicação apresentada à Primeira Semana de Estudos Rurais, em 1957⁹.

Note-se, pois, que António Sérgio concebe o homem, simultaneamente, não só como artífice responsável do seu próprio destino, mas também como ser chamado a edificar-se num projecto verdadeiramente humano. O primeiro aspecto, da ordem dos direitos, é especificamente de liberdade e participação política; o segundo, que tem a ver com os deveres, é de âmbito moral. E um supõe o outro. Também assim o entende a moderna reflexão de ética política. Ressalta que o homem em massa –oxalá não o homem-massa ou homem massificado!- chega finalmente à barra da história, mas só será seu efectivo autor se, por um processo de consciencialização, descobrir a necessidade de colocar metas à transformação de si mesmo, ainda mais que à transformação do mundo e das coisas. Isto é que é o compromisso político democrático, que assim se apresenta como realidade bifacetada: acção sobre a realidade externa e, simultaneamente, recomposição dinâmica de si mesmo e da sociedade¹⁰. A esta luz, é imperioso interrogarmo-nos

⁸ *Diálogo terceiro: da reforma agrária*, em *Democracia*, cit., 41. Esta ideia é omnipresente. Veja-se mais um texto muito significativo: *Relanços...*, cit., 92-103.

⁹ ANTÓNIO F. GOMES (D.) - *A «miséria imerecida» do nosso mundo rural*, em *Endireitai as veredas do Senhor*. Porto: Figueirinhas, 1970, 205-232. Nesta mesma colectânea, merece também referência o texto intitulado *A Igreja e o corporativismo*, pp. 191-204.

¹⁰ Cf. JULIO de la TORRE, *Cristianos en la sociedad política*. Madrid: Narcea, 1982, 113-114.

se não será absolutamente imoral –como tal, indigna- uma política de pão e circo, eticamente asséptica ou que até reivindique a intangibilidade da moral; se, embora aceite pelas massas, isso não será a negação do próprio alento democrático, ainda que em nome do respeito das maiorias, atitude básica da democracia formal.

3. Democracia formal reclama democracia social

É lugar comum dizer-se que, historicamente, tem sido muito difícil harmonizar a liberdade com a justiça e vice-versa. E que os sistemas ideológicos político-sociais mais marcantes do século XX constituem precisamente a confirmação desta ideia: no socialismo real, imperou a justiça sem liberdade; no liberalismo ocidental, a liberdade sem justiça e sem conteúdos. Ora bem, esta problemática não poderia passar despercebida a um espírito tão lúcido como o de António Sérgio que, indirectamente, lhe dedica uma boa parte da sua reflexão. Independentemente do valor real que possa ou não ter a sua proposta de doutrina económica ou de meios –concretamente o cooperativismo, de que foi um acérrimo defensor- a verdade é que o autor jamais concebia a mera democracia formal, vazia de conteúdos, como ente em si, definitivo e acabado, mas sempre e só como meio ou instrumento para realizar a democracia social e económica, até se chegar à socialização das pessoas, base e motor da socialização dos bens. O que é de suma importância ter presente nesta época de neo-liberalismo larvado e de individualismo feroz.

Num texto muito ordenado e absolutamente capital para a compreensão das suas ideias sócio-políticas, insiste muito que a propriedade adquirida (não a grande herança, nem sempre merecida) é um meio de emancipação moral, que a liberdade também passa e se solidifica no uso responsável dos bens, que o fim da política é a elevação dos pobres, e que, nisto, política e cristianismo se encontram:

“A democracia política e a democracia económica pressupõem-se reciprocamente e as imperfeições da democracia política resultam, em grande parte, de não haver a social. Se a nossa República tem uma história triste, foi por ter sido fundada por gente demagógica, que não fazia a mais pequena ideia dos fundamentos morais e dos alicerces económicos de tão rudimentar democracia. [...] Pois a democracia, afinal, é a tradução política do Evangelho. O «sistema das ideias» do Evangelho é também difícil de realizar. Não te parece? Mas não o declaras absurdo por isso”¹¹.

¹¹ *Diálogo primeiro: da expressão..., cit., 6-7.*

Ao falar-se em democracia económica, poderia pensar-se que a expressão não passaria de um eufemismo para designar igualitarização total, certamente imposta e forçada, como fazia o socialismo real. Porém, jamais esta ideia passou pela cabeça do autor. O que ele faz, é uma proposta perfeitamente ética: que a sociedade crie as condições para a efectiva atribuição a todos, particularmente numa opção preferencial pelos mais pobres, do que já se assumiu constituírem direitos humanos essenciais¹², isto é, o alimento, o vestuário, a habitação, a saúde, a educação, a cultura e o descanso razoável. A igualdade que se preconiza, como ele sabiamente refere¹³, não é tornar os homens todos iguais quanto ao ponto de chegada, o que até seria um absurdo, já que não nascemos todos equivalentes em energias e aptidões; é, pelo contrário, a tentativa de igualar ao máximo as condições externas de partida, isto é, possibilitar aquele limiar mínimo sem o qual nenhum homem consegue assumir a sua dignidade nas próprias mãos.

Ora, é nisto que reside a originalidade do pensamento sergiano. Face a uma sociedade -e até a uma Igreja¹⁴- fortemente estratificada e estratificadora, Sérgio prega uma mudança de mentalidade que não era revolução, mas que era vista como tal por parte de muitos. Particularmente religiosos. É então que, em contexto de forte polémica -de que ele era grande e temido especialista- com um certo conservadorismo católico, apela à anteposição do ideal evangélico ao ideológico, para assegurar peremptoriamente: “Os corolários sociais da doutrina cristã são da extrema esquerda; e se há católicos de direita, são-no pela mais rotunda infidelidade ao Evangelho”¹⁵.

Evidentemente, Sérgio situava-se a nível dos princípios e não podia antever o que, nos dias de hoje, se designa de extrema esquerda (portuguesa e europeia).

¹² Chama aos Direitos Humanos “verdade de consciência, como Deus”. *Relanços...* cit., 102.

¹³ Cf. *Notas de Política – 1927-1929*, cit., 71.

¹⁴ Nos *Diálogos de Doutrina Democrática*, o autor dirige-se a um personagem a quem, por vezes, chama Manuel ou Manuelzinho. Este nome pode ser fictício. Mas também pode não o ser. Pode muito bem referir-se ao Cardeal Patriarca de Lisboa da altura, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, habitualmente conotado com a tentativa de justificação ideológico-doutrinal de um nacional conservadorismo que não era minimamente a posição oficial da Igreja Católica. Neste caso, o outro interlocutor, tanto podia ser o «António» Sérgio como o «António» Ferreira Gomes, Bispo do Porto: o “Estadista” seria o homem da situação e o “Libertário”, logicamente, o da oposição. Esta é, apenas, uma hipótese de interpretação.

¹⁵ *Diálogo primeiro: da expressão...*, cit., 93.

Recorre à tradicional forma de, em geografia política, separar o conservadorismo social do verdadeiro dinamismo transformador, sempre na justiça e na liberdade, para fazer ver que, nesta dicotomia, todo o homem de boa vontade, e muito mais o cristão, não pode deixar de assumir o repto da justiça. E, de facto, isto é verdade. É no timbre do compromisso político que o crente exprime e afere o seu ser de crente, pois, como já dizia Melchior Cano no século XVI, o homem histórico e real é que é o verdadeiro “*locus theologicus*”¹⁶ onde se intercepta a fé com a razão. Mesmo movimentando-se na área do agnosticismo, é esta percepção que leva Sérgio a relacionar continuamente a democracia com o Evangelho e a justiça social dela resultante com a caridade cristã que se coloca ao centro daquele.

4. Democracia supõe autonomia mútua da religião e da política

Insistiu-se que a meta do ideal democrático se funde com o ideal evangélico: a dignificação de todos os homens e do homem todo. Que entre democracia e cristianismo há homogeneidade. Não se julgue, porém, que entre as duas há identificação. Isso seria a anulação mútua. Sérgio sabe bem –e refere-o continuamente- que o cristianismo é de outra ordem e na sua ambiência cabem distintas formas de actuação política, desde que democráticas, isto é, respeitadoras da liberdade e da justiça. Ter realizado a demarcação do próprio da religião e do político, é obra do cristianismo, que por causa disso teve de verter o sangue de muitos milhares de mártires na Roma pagã, onde o imperador acumulava a função política com a de *Pontifex maximus*, se é que não se fazia cultuar como sendo a suprema divindade. Se, pelas vicissitudes históricas, veio a dar-se a detestável aliança entre o trono e o altar, ao menos ficou claro que era aliança (isto é, duas partes distintas contraentes) e não fusão. E, analisando friamente, parece que essas épocas de cristandade, ceseropapismos e constantinianismos não foram as mais felizes, nem para a sociedade civil, nem, muito menos, para a Igreja.

Tal como o nosso autor, a mundividência cristã reclama hoje, de forma clara e explícita, uma autonomia e uma laicidade sem as quais não há vida humana adulta e livre, isto é, sem as quais não há moral e, por conseguinte, acto humano. O mundo da fé é muito mais amplo e abrangente que o da política. Mas na actuação concreta, o crente e o cidadão encontram-se ao mesmo nível, que é o da actuação de uma ética de responsabilidade solidária e de amor fraterno.

¹⁶ Cf. MELCHIOR CANO, *De locis theologicis*. Liber 1. Roma: Vera, s/d.

Encontram-se sem anularem as respectivas autonomias. Mas isto é tão sensível e atreito a confusões que, como faz António Sérgio, é sempre conveniente colocar a questão em pratos limpos:

“O catolicismo, em sua doutrina, deve ser considerado como uma religião; e, como tal, nem será da direita nem será da esquerda. Não se pretende com isto dizer, todavia, que não haja doutrinas de carácter político com maior compatibilidade com a moral cristã: mas essas são, precisamente, as doutrinas de esquerda”¹⁷.

Na ordem prática, este tema da autonomia das duas realidades nem sempre é pacífico. No passado, como no presente, tem-se revelado motivo de algum atrito. Pois bem, com António Sérgio direi que ambas só têm a ganhar se enveredarem por uma convivência respeitosa que salvguarde a especificidade de cada uma. Se é verdade que, por vezes, a religião invadiu o âmbito da política, seria infantilismo ainda permanecer hoje num eterno complexo de frustração que, por desejo de vingança, pretendesse escorraça-la da sociedade para a esfera do privado¹⁸. Até porque, se é inegável que a religião também recebe da sociedade, é esta quem acaba por beneficiar mais, já que a religião lhe transmite, por contágio simpático de boa convivência, algo que lhe é constitutivo ou íntimo. Concretamente: o apelo à sua abertura à universalidade, sem classismos nem nacionalismos exacerbados; a ideia da contínua renovação, seja pela chamada individual à perfeição, seja pela purificação e elevação do ethos moral dos povos; a noção da liberdade constituinte de todo o acto humano, expressa superiormente na liberdade de consciência e na liberdade de espírito, base de toda a vida cívica e relacional; e, fundamentalmente, a proposta do «sentido» como são optimismo que anima e favorece o ideal.

5. Outras questões correlativas à democracia

Não se tratando de um académico que, metodológica e sistematicamente, intentasse uma obra que abarcasse o maior número possível de aspectos

¹⁷ *Diálogo primeiro: da expressão...*, cit., 12-13.

¹⁸ É esta a notável tese expressa num relatório de Régis Debray, redigido a pedido do antigo ministro da Educação Nacional francesa, Jack Lang, sobre “o ensino do facto religioso na Escola laica, de Abril passado. Cf. RÉGIS DEBRAY, *L’enseignement du fait religieux dans l’École laïque. Rapport au ministre de l’Éducation Nationale*. Paris : Odile Jacob, 2002.

circunstanciais, nem por isso António Sérgio deixou de reflectir outras questões que dizem respeito à temática da democracia. São importantes, até porque andam muito esquecidas. E são elas, como acentua a Doutrina Social da Igreja, que farão dar o passo de qualidade da democracia formal para a social. Refiro algumas, de forma quase telegráfica, sem especial preocupação de ordem ou hierarquia.

Em primeiro lugar, é de acentuar o relevo e a função que concede à educação, entendida como arte de emancipar os homens. Advoga a educação universal, global e gratuita. Mas o que parece mais digno de registo é a função que lhe atribui, que se assemelha em muito –e antecipa- às finalidades do conhecido método de Paulo Freire¹⁹ e mesmo ao preconizado pela UNESCO: existe para que cada um assuma a sua liberdade constituinte, para capacitar para o trabalho cooperativo e determinar um estilo de vida socialmente participativo, responsável e de forte nobreza de espírito.

Outro dado que chama a atenção é a forma como sublinha a importância das elites ou grupos de sábios para a transformação social²⁰. Realista como era, ele sabe que não é possível, no momento actual, que o povo possa prescindir de uma hierarquia de conhecimento e valor que a própria história impõe inelutavelmente e que, sob a forma de minoria de choque, tem constituído condição indispensável ao avanço cultural. Pede é que essas verdadeiras elites, muito pouco numerosas em Portugal, não sejam recrutadas apenas na restrita camada da burguesia, mas sim no povo inteiro, depois de instruído e culto.

Na esteira da Doutrina Social da Igreja que, nos últimos anos da sua vida, Sérgio devia conhecer muito bem, defende a participação dos trabalhadores na gestão das empresas, não só como forma de expressão da liberdade e da dignidade de cada um, mas também como maneira de diluir os interesses antagónicos e, por

¹⁹ Cf. *Diálogo terceiro: da reforma agrária*, cit., 46-47.

²⁰ Cf. *l.c.*, 50. António Sérgio não concebe esse grupo motor nem à maneira das tristemente célebres «minorias esclarecidas» de consciência imputada marxista-leninista, nem como um caciquismo de segregação superior, autêntica casta que se imporia aos outros grupos. Concebe-o antes como conjunto de cidadãos esclarecidos imersos na sociedade para a transformar.

consequência, a luta de classes, que o capitalismo introduziu e que o marxismo-leninismo elevou à categoria de motor da história²¹.

Advoga a redução do Estado ao mínimo indispensável para que a sociedade se possa elevar ao máximo possível²². Defende o cooperativismo exactamente por causa da primazia axiológica da pessoa face ao Estado e pelo seu direito congénito de associação para prosseguir objectivos bons: para que o Estado seja mais uma associação ou resultado natural de corpos intermédios e não o dono deles.

Inerente a este aspecto, está a fortíssima defesa do princípio de subsidiariedade²³: a sociedade edifica-se a partir da pessoa cidadã, que é bem real, e não a partir do Estado enquanto tal, que é um ente abstracto, irreal, longínquo. A verdadeira descentralização não é um favor que se possa esperar do Estado, mas antes o esforço de se desembaraçar dos obstáculos que ele impõe.

Finalmente, como não podia deixar de ser em quem sempre proclamou que a lei e o Estado, por si, não podem edificar a sociedade nova, mas sim o rearmamento moral, privilegia a mudança social operada pela educação, cultura e ética, em detrimento da revolução. Até porque, “o nosso revolucionário, por via de regra, é um pretendente a ditador”²⁴. E não é preciso dizer mais...

Conclusão

Pensador que sabe conciliar uma enorme e sã utopia (ele diz: idealismo) e uma notável fantasia criadora com não menos lucidez e sentido da realidade, António Sérgio recupera a convicção clássica de que moral e política estão indestrinçavelmente unidas. A partir daí, por um processo de quase silogismo, tira a conclusão de que ou a política sujeita a moral ou esta anima aquela e lhe constitui como que a alma. A primeira forma chama-se maquiavelismo e, ao longo

²¹ Cf. *Relanços...*, cit., 97.

²² Esta ideia, expressa formalmente um grande número de vezes, é sublinhada pela forma jocosa como se despede do Estadista no fim da maior parte dos *Diálogos*: Até amanhã, querido amigo. [...] E trabalha por te tornares dispensável”. *Diálogo terceiro...*, cit., 50.

²³ Cf. *A propósito dos Ensaios Políticos de Spencer (1917)*, em *Textos Políticos*, cit., 42-43.

²⁴ *L.c.*, 39.

da história, travestiu-se com as mais diversas roupagens, mas continuou sempre imoral; a segunda chama-se democracia. *Tertio non datur*.

Face a isto, a opção em consciência está feita: só pode ser a democracia. Só que, realizá-la é difícil: se a sua base é a virtude, a sua efectiva edificação supõe nobreza moral, comportamento sincero, aberto, desartificial, claro. Neste sentido, a democracia é um ónus, tarefa, esforço continuado de transformação, fundamentalmente interior. É o que Sérgio denomina “política de linha ética”²⁵, de que Antero de Quental constituiu um dos melhores exemplos e que os cristãos deveriam levar muito a preito. Só se chega lá com uma fortíssima educação. Não a instrução a pão e pau, do abc ou do ler, escrever e contar. Não uma educação eticamente neutra, realidade que, aliás, não existe. Mas uma educação como arte de emancipar os homens²⁶, como treino para a liberdade e até para a libertação: libertação dos tiranos deste mundo, mas, muito mais, do mal moral que torna o homem raquítico, ensimesmado, insociável e marginal²⁷.

É nisto que se distingue o que ele chama democracia “passional e materialista”²⁸, estabelecida pela organização estatal e que, quando muito, intenta, a partir do exterior, uma justiça económica, e a democracia “idealista e crítica”, de iniciativa de cidadãos eticamente adultos, que também busca a justiça económica, mas que sabe que jamais se realizará se não for acompanhada do combate contra os males sociais e, fundamentalmente, contra os males existentes dentro do espírito de cada homem.

²⁵ *Alocução aos socialistas no banquete do Primeiro de Maio de 1947*, em *Democracia*, cit., 114.

²⁶ Cf. *Cartas do Terceiro Homem. I*, em *Democracia*, cit., 130.

²⁷ Chama a atenção a similitude de ideias existente entre este nosso autor António Sérgio e o então Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, a quem, aliás, António Sérgio se refere como exemplo cívico. Essa semelhança verifica-se não só a nível das temáticas abordadas, mas até no próprio âmbito da sua formulação. Por isso, seria muito interessante um trabalho de sinopse dos dois e tentar estabelecer as fontes ou influências que ambos receberam que eu estou em crer que são o tomismo, mesmo que assimilado por vias diversas. A respeito do Bispo do Porto, cf. a minha obra: MANUEL LINDA, *Andragogia política em D. António Ferreira Gomes*. Porto: Fundação SPES, 1999.

²⁸ *Democracia. III*, em *Democracia*, cit., 99.

Ora, ao fim e ao cabo, é isto que pregam as religiões, concretamente a cristã. Com razão, A. Sérgio pode afirmar, então, que a democracia é “a forma social do cristianismo”²⁹, já que, “instituições e moralidade íntima entrelaçam-se numa coroa de acções recíprocas e cumpre actuar ao mesmo tempo nas instituições e nos indivíduos”³⁰. O resultado desta actuação, como é lógico, é a tal “ascensão em humanidade” que falta, sobremaneira, na reflexão e na vivência da democracia contemporânea.

MANUEL LINDA

²⁹ *Democracia. I*, em *Democracia*, cit., 73. Como já foi dito várias vezes, Sérgio chega aí não pelas convicções da fé mas pela racionalidade da lógica. Entretanto, embora em contexto fortemente polémico, não deixa de pôr o dedo na verdadeira ferida.

³⁰ *Democracia. III*, em *Democracia*, cit., 99.